

16. Com relação à Lei nº 11.091/2005, de 12/01/2005, é CORRETO afirmar que o Plano de Carreira é:

- a) o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que são cometidas a um servidor.
- b) o conjunto de cargos do servidor na escala de vencimento da carreira, em função do nível de capacitação, cargo e nível de classificação, a partir dos requisitos de escolaridade, níveis de responsabilidades e formação especializada.
- c) o conjunto de diretrizes e normas que regulam o desenvolvimento do servidor no cargo, dando a ele capacitação profissional, sendo área específica de atuação do servidor integrada por atividades afins ou complementares.
- d) o conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam o desenvolvimento profissional dos servidores titulares de cargos que integram determinada carreira, constituindo-se em instrumento de gestão do órgão ou entidade.

17. Considere o caso abaixo:

O servidor Francisco de Rossi ingressou em uma universidade federal em 1º de agosto de 2000, no cargo de Administrador, tendo sido lotado na Diretoria de Recursos Humanos.

Com o advento da Lei nº 11.091/2005, apresentou no ato da opção pelo enquadramento, em seu processo, seu diploma de graduação e dois certificados de capacitação, sendo um na área de relações humanas no trabalho com sessenta (60) horas de carga horária e o outro de cem (100) horas, na área de gestão pública, realizados nos anos de 2001 e 2002.

O percentual de incentivo à qualificação a que o servidor fará jus e o número de níveis de capacitação a que terá direito são, respectivamente:

- a) 10% e dois níveis.
- b) 5% e um nível.
- c) 10% e nenhum nível.
- d) 0% e nenhum nível.

18. Das afirmativas abaixo, assinale aquela que está em DESACORDO com a Lei nº 8.112/90, de 12/12/90:

- a) Durante o estágio probatório, a aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores: assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade.
- b) No ato da posse, o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.
- c) A vacância do cargo público decorrerá apenas por exoneração, demissão, promoção, readaptação, aposentadoria, posse em outro cargo inacumulável e falecimento.
- d) Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, para outro órgão público federal.

19. Em relação a férias anuais, o servidor que tiver 12 (doze) dias de faltas injustificadas ao serviço:

- a) terá direito a 15 (quinze) dias de férias.
- b) terá direito a 18 (dezoito) dias de férias.
- c) não terá direito a férias.
- d) terá direito a 30 (trinta) dias de férias.

20. O servidor poderá ausentar-se do serviço nas seguintes condições:

- I. por 2 (dois) dias, para se alistar como eleitor;
- II. por 1 (um) dia, para doação de sangue;
- III. por 7 (sete) dias por falecimento do cônjuge;
- IV. por 8 (oito) dias consecutivos em razão de falecimento dos pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos;
- V. por 6 (seis) dias em razão de casamento.

Estão CORRETOS os itens:

- a) I, II, III e V.
- b) I, II e IV.
- c) I, III, IV e V.
- d) II, IV e V.

21. Considere o caso abaixo:

A senhora Maria Ângela Dias foi nomeada para o cargo de Técnico em Laboratório de uma universidade federal, tendo tomado posse e entrado em exercício em 15 de outubro de 2005. Após sua entrada em exercício a servidora apresentou Certidão de Tempo de Serviço, exercido no período de 14 de janeiro de 1982 a 14 de outubro de 2005, como Técnico em Laboratório na Prefeitura de Belo Horizonte, e também diploma de curso de graduação em Química, concluído em agosto de 2005.

Diante da situação descrita, é CORRETO afirmar que a servidora:

- a) terá seu padrão de vencimento alterado de 01 para 07, por ter sido servidora pública.
- b) terá incentivo de capacitação de 10%.
- c) não terá incentivo à qualificação.
- d) terá seu padrão de vencimento alterado para 07, além de 10% de incentivo à qualificação.

22. O servidor que ingressou no Serviço Público em janeiro de 2005, independentemente do tempo de serviço anterior, irá se aposentar voluntariamente por tempo de contribuição, sob a seguinte legislação:

- a) Artigo 40, inciso III, da Constituição Federal.
- b) Artigo 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003.
- c) Artigo 186, inciso III, do Regime Jurídico dos Servidores Públicos.
- d) Artigo 186, inciso I, do Regime Jurídico dos Servidores Públicos.

23. Considere o caso abaixo:

O servidor Antônio Sílvio Ribeiro ingressou numa universidade federal em 1º de novembro de 2004. Era divorciado da primeira esposa, à qual pagava 10% de sua remuneração a título de pensão alimentícia. Possuía dois filhos com a ex-esposa, – um com 19 anos, outro com 14 –, aos quais pagava também 10% de sua remuneração a cada um, a título de pensão alimentícia. Mantinha, comprovadamente, uma união estável com Maria, também servidora desta universidade. Antes de ter finalizado o seu estágio probatório e adquirido sua estabilidade, o servidor veio a falecer.

Diante da situação descrita, é CORRETO afirmar que o ex-servidor:

- a) deixará pensão apenas ao filho menor.
- b) deixará pensão à ex-esposa, aos filhos e à Maria.
- c) não deixará pensão alguma.
- d) deixará pensão apenas ao filho menor e à Maria.

24. Analise as afirmativas abaixo, atribuindo V para as verdadeiras e F para as falsas:

- () A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, se integra na vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia-a-dia em sua vida privada poderão crescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.
- () A remuneração do servidor público é custeada pelos tributos pagos direta ou indiretamente por todos, até por ele próprio, e por isso se exige, como contrapartida, que a moralidade administrativa se integre no direito, como elemento indissociável de sua aplicação e de sua finalidade, erigindo-se, como consequência, em fator de legalidade.
- () O servidor público terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto, podendo desprezar o elemento ético, por se tratar de um conceito subjetivo.
- () Diante dos interesses da administração pública o servidor pode omitir a verdade, ainda que contrária aos interesses do particular, visto que sua lealdade ao órgão público vem em primeiro lugar.
- () É dever do servidor público resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas e denunciá-las.

A seqüência CORRETA é:

- a) V, V, V, F, F.
- b) F, V, V, V, F.
- c) V, V, F, F, V.
- d) F, F, F, V, V.

25. São deveres fundamentais do servidor público:

- I. Abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei.
- II. Exercer, com estrita moderação, as prerrogativas funcionais que lhes sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos.
- III. Ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal.
- IV. Facilitar a fiscalização de todos os atos ou serviços por todas as pessoas e órgãos, sejam eles terceiros e particulares.
- V. Ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para si.

Estão INCORRETOS os itens:

- a) II e IV.
- b) I e III.
- c) IV e V.
- d) III e V.